

Reforma trabalhista: Conheça as mudanças propostas por Temer

O governo de Michel Temer anunciou no apagar das luzes de 2016 sua proposta de mudanças na legislação trabalhista. As alterações foram apresentadas pelo ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, durante conferência realizada no Palácio do Planalto. As mudanças serão enviadas sob a forma de projeto de lei, a ser votado em regime de urgência no Congresso.

Temer afirmou que "os setores empresariais e dos trabalhadores devem se alinhar cada vez mais". Entre as iniciativas que já haviam sido defendidas pelo seu governo, estavam a ampliação da terceirização para atividades fim, a formalização da jornada diária de trabalho de até 12 horas e a prevalência de acordos entre empresas e sindicatos dos trabalhadores sobre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

As medidas destacadas no quadro ao lado estão sendo criticadas por juristas, sindicatos de funcionários e setores progressistas da sociedade, que consideram a reforma uma ameaça aos direitos dos trabalhadores adquiridos ao longo de décadas. A mais

 SINTPq

REFORMA TRABALHISTA

Conheça alguns dos principais pontos da proposta

<p>JORNADA DE TRABALHO</p> <p>A jornada poderá ser de 12 horas diárias, respeitando o limite de 220 horas mensais. Dessa forma, o limite de 8 horas ao dia e 44 semanais ficará no passado</p>	<p>TRABALHO EM REGIME TEMPORÁRIO</p> <p>O prazo de contratação temporária seria ampliado dos atuais 90 para 120 dias</p>
<p>NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO</p> <p>O acordo de trabalho poderá prevalecer sobre a legislação, o que colocará fim a garantia de praticamente todos os principais direitos existentes hoje</p>	<p>PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS</p> <p>O acordo coletivo pode definir as regras para a participação nos lucros e resultados, incluindo parcelamento no limite dos prazos do balanço patrimonial e/ou dos balancetes legalmente exigidos</p>

Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência Social

criticada é a proposta dos acordos terem mais poder que a própria legislação, o que tornaria o trabalhador ainda mais vulnerável, pois a correlação de forças entre empregado e empregador no Brasil hoje é desigual.

4 milhões de pensionistas podem passar a ganhar menos que o salário mínimo

Reportagem publicada neste mês pelo jornal Valor Econômico mostra que, caso seja aprovada a PEC da reforma da previdência, cerca de 4 milhões de pensionistas podem passar a ganhar menos que o salário mínimo.

Segundo a matéria, 55% do total de 7,41 milhões de pensionistas ganham atualmente o valor do piso nacional. Como, de acordo com a proposta do governo, seus benefícios serão desvinculados do salário mínimo, as correções devem ser feitas com base somente na inflação.

Já os novos pensionistas, caso o texto da PEC 287 seja aprovado, poderão receber menos que o piso. Pela proposta, o benefício será equivalente a 50% do valor da aposentadoria mais 10% para cada dependente que o segurado tiver. Assim, se a viúva não tiver filhos, vai receber 60% do valor.

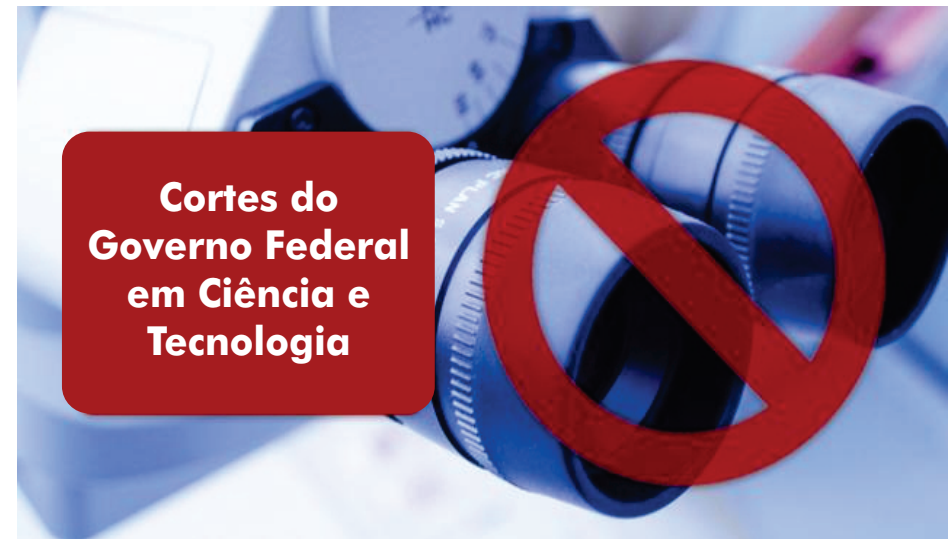


Mas não são somente os pensionistas que poderão receber menos que o piso. Aqueles que recebem benefícios de amparo assistencial (LOAS) também terão seus vencimentos desvinculados da política de reajuste do salário mínimo, de acordo com a proposta do governo.

Governo cortará R\$ 1,41 bi dos projetos de pesquisa e inovação

Devido a adequações no orçamento, os brasileiros terão de conviver com suspensão de projetos de inovação e de milhares de bolsas de pesquisa em 2017. Cientistas e especialistas em orçamento apontam que a mudança nas fontes de financiamento do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), na prática, vai retirar R\$ 1,72 bilhão do setor em 2017. Nas contas do Ministério do Planejamento, a tesourada é de R\$ 1,41 bilhão.

A alteração está na Lei Orçamentária Anual (LOA) sancionada em dezembro pelo presidente Michel Temer. Estão em risco projetos como a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), laboratórios nacionais — como os de nanotecnologia - e 176 mil bolsas de pesquisadores de todo o país. Só no orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o corte é de 66%, de acordo com levantamento do jornal Correio Braziliense com base nos números da Lei Orçamentária.



A presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, demonstrou preocupação e disse que a situação é “muito séria” depois de reclamar dos cortes com o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, Gilberto Kassab.

Apartamentos na praia: Sócios do SINTPq poderão parcelar taxas no cartão de crédito

O SINTPq passou a utilizar o sistema PagSeguro para o pagamento referente à utilização de seus apartamentos na praia. Com o novo modelo, os associados ao Sindicato podem efetuar seus pagamentos com cartão de crédito via PagSeguro, além de boleto bancário.

Outra novidade é a possibilidade de parcelamento em até 3X sem juros ou até 18X com juros no cartão de crédito. Os demais procedimentos de requisição e sorteio para utilização dos apartamentos seguem os mesmos.

Conheça mais esse benefício do SINTPq

O SINTPq possui três apartamentos disponíveis para utilização de seus associados. Dois ficam localizados na praia das Toninhas e um na Praia Grande, todos em Ubatuba-SP.

Com ótima localização, o acesso dos apartamentos às praias é extremamente fácil e rápido. Além disso, os custos para utilização estão bem abaixo dos imóveis na região.

Confira os valores para utilização dos apartamentos

R\$ 15,00 Diária para cada sócio ou dependente (dependentes com até 05 anos de idade são isentos);

R\$ 40,00 Diária por convidado;

R\$ 50,00 Taxa única de manutenção/limpeza Kitnet Praia das Toninhas;

R\$ 100,00 Taxa única de manutenção/limpeza Apartamento Praia Grande.

Quer curtir o litoral paulista gastando pouco? Seja sócio do SINTPq e aproveite esse e outros benefícios!